

## ***SOCIEDADE EM REDES: INFORMAÇÃO E ENSINO A DISTÂNCIA***

Vagner Aparecido de Moura  
Cleide Aparecida Moura

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Universidade Cruzeiro do Sul

### **Resumo**

O presente artigo pretende, por meio do embasamento teórico de Castells (2005), Rifkin (2000), Santos (2000), Colis (2005), Limo (2008), discutir o impacto da sociedade em redes no cenário econômico e social e suas imbricações na esfera educacional de nível superior da sociedade brasileira contemporânea.

**Palavras-chave:** SOCIEDADES EM REDES; INFORMAÇÃO; ENSINO A DISTÂNCIA

### **Abstract**

The current paper aims to, through the following theoretical embasement Castells (2005), Rifkin (2000), Santos (2000), Colis (2005), Primo (2008), discuss the impact of network society in the economical and social scenario and its consequences in the college education of the contemporary Brazilian society.

**Key words:** NETWORK SOCIETY; INFORMATION; E-LEARNING

### **Considerações iniciais**

*O nosso mundo está em processo de transformação estrutural desde há duas décadas. É um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação, que começaram a tomar forma nos anos 60 e que se difundiram de forma desigual por todo mundo. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. (CASTELLS 2005, p.16).*

Segundo Castells (2005), esse processo está atrelado ao papel da eletricidade ou do motor elétrico na difusão das formas organizacionais da sociedade industrial (podemos explicitar um exemplo: a fábrica industrial e a sua relação com o movimento laboral) na base das novos aparatos tecnológicos gerados e distribuídos eletronicamente. Castells (2005. p.16) salienta que

atualmente a saúde, o poder e a geração de conhecimento estão largamente dependentes da capacidade de organizar a sociedade para captar os benefícios do novo sistema tecnológico, enraizado na microeletrônica, nos computadores e na comunicação digital, com uma ligação crescente à revolução biológica e seu derivado, a engenharia genética.

Em contrapartida, por meio de uma digressão histórica, pode-se observar, de acordo com Castells (2005, p.17), que o aparato tecnológico “era algo do domínio da vida privada, enquanto o mundo da produção, do poder e da guerra estava ocupado por organizações grandes e verticais, como os estados, as igrejas, os exércitos e as empresas que conseguiam dominar vastos polos de

*recursos como um objetivo definido por uma autoridade central*". Retornando a contemporaneidade, as redes de tecnologias digitais possibilitam a existência de redes que vão além dos seus limites históricos. Segundo Castells (2005, p.17), as redes podem “*ao mesmo tempo, ser flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua performance ao longo de uma rede de componentes autônomos*”. Nessa fase de descentralização da performance dos interlocutores – atores sociais - na esfera mediática engendra um processo desterritorialização que sucumbe a distância espacial entre os interlocutores – atores sociais – possibilitando a convivência em uma sociedade em redes , em outras palavras, sem fronteiras visto que não há ponto de chegada ou de término, já que todos os nós estão imbricados.

Lévy (1992,p.17) corrobora minhas inferências, asseverando que a desterritorialização - dimensão espacial da sociedade-, corresponde “*à luta dos homens contra a distância, distância que ao mesmo tempo separa as sociedades e é um princípio de organização de sua vida interior*”. Haesbaert (2009, p.108) complementa o pressuposto de Lévy (1992), reafirmando que a desterritorialização é a “*superação constante das distâncias, a tentativa de superar os entraves espaciais pela velocidade, de se tornar “liberto” em relação aos constrangimentos*”.

Giddens (1990, p.45) salienta que, nesse contexto, “*as relações sociais são deslocadas dos contextos territoriais de interação e reestruturam-se por meio de extensões indefinidas de espaço tempo, favorecendo uma organização racional da vida humana, mudança esta só viabilizada por um sistema técnico que permite um controle do espaço e do tempo*” . Além disso, Haesbaert (2009, p.107) frisa a importância de não percebermos a diferença entre territorialização e desterritorialização de uma maneira dicotômica:

pois mesmo no atual período técnico-científico, onde o “espaço desterritorializado”, esvaziado de “seus conteúdos particulares”, perde seu conteúdo relacional e identitário, transformando-se numa rede funcional ou “espaço abstrato, racional, deslocalizador”(ORTIZ 1994, pp 105/107), também há margem para importantes processos de reterritorialização.

#### E complementa

assim com a modernidade não pode ser definida sem sua contraface, o tradicional, a ,desterritorialização está indissociavelmente ligada com a (re) territorialização, pois na prática proliferam as interseções e as ambigüidades. Podemos afirmar que o que caracteriza o espaço moderno é, tomado por empréstimos o termo de Latour (1991) num contexto um pouco diferente, a hibridização e os ritmos acelerados que transpõem territorialização e desterritorialização (HAESBAERT 2009, p.198)

Partindo dessa premissa, o pretende artigo pretende, por meio do embasamento teórico de Castells (2005) , Rifkin (2000), Santos (2000), Colis (2005), Primo (2008), discutir o impacto da sociedade em redes no cenário econômico e social e suas imbricações na esfera educacional de nível superior público e privado.

## ***O impacto da sociedade em redes nos cenários econômico e social***

*Compreender a transformação estrutural morfológicamente, significa que o aparecimento da sociedade em rede como um tipo específico de estrutura social, liberta a análise da sua estrutura de Prometiana, e deixa em aberto o julgamento valorativo do significado da sociedade em rede para o bem estar da humanidade. ( CASTELLS 2005, p. 17).*

Segundo Castells (2005, p.17), os indivíduos, na sociedade contemporânea:

estão formatados para uma visão evolucionista do progresso da humanidade, visão que herdamos do Iluminismo e que foi reforçada pelo Marxismo, para quem a humanidade, comandada pela razão e equipada com a tecnologia, move-se da sobrevivência das sociedades rurais, passando pela sociedade industrial e finalmente para uma sociedade pós-industrial/da informação/do conhecimento, a montanha esplendorosa onde o Homo Sapiens vai finalmente realizar o seu estado dignificante

Não obstante, Castells (2005, p.17) ressalta que mesmo um olhar despretenso e superficial acerca da história desafia *“esse conto de fadas do progresso humano: os Holocaustos Nazi e Estalinista são testemunhas do potencial destrutivo da Era industrial, e as maravilhas da revolução tecnológica coexistem com o processo auto-destrutivo do aquecimento global e com o ressurgir de epidemias à escala do planeta”*.

Castells (2005, p.18) enfatiza que devemos, em um primeiro momento, observar *“ a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades dessa nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede”* para evitar ou repetir o erros anteriores. Em relação à dinâmica econômica, nota-se, na sociedade em rede, a instabilidade global do mercado, a necessidade de flexibilidade, mobilidade e constante requalificação da respectiva força laboral.

Castells (2005, p.20) argumenta que *“a noção de uma carreira estável, previsível entrou em erosão, na medida que as relações entre capital e trabalho foram individualizadas e as relações contratuais dos segundo escapam à negociação coletiva”*. Porém, ressalta que *“esse processo de individualização e fragmentação da força de trabalho não significa que os contratos a longo prazo e os empregos estáveis tenham desaparecido. É uma estabilidade construída dentro da flexibilidade”*. De acordo com Castells (2005, pp. 20/21), os elementos-chave à transformação do trabalho e do emprego são:

✚ as mudanças tecnológicas não provocam desemprego no mercado de trabalho agregado. Embora alguns trabalhadores sejam dispensados e algumas ocupações sejam postas de lado ( por exemplo as tradicionais secretária-datiógrafas), aparecem outras ocupações ( por exemplo assistentes administrativas em vez de secretárias), são criados mais empregos, e mais trabalhadores não colocados são reempregados, exceto aqueles que são demasiado velhos para se adaptarem, sendo o seu destino decidido a partir das políticas públicas de cada sociedade;

✚ a capacidade de trabalhar autonomamente e ser um componente ativo de uma rede tornou-se uma máxima na nova economia. As empresas procuram conservar este tipo de trabalhador o mais possível, porque ele é a maior fonte da sua produtividade da força de trabalho. Contudo, o trabalhador autoprogramado é quem tem poder negocial no mercado de trabalho. Então, o seu

contrato pode ser de tipo estável, mas a sua continuidade no emprego tende a ser reduzida em relação a outras classes de trabalhadores, porque ela/ela está sempre em movimento, à procura de novas oportunidades. E não necessariamente para aumentar os seus rendimentos mas para ganhar mais liberdade, tempo mais flexível ou maiores oportunidades criativas;

✚ existe uma contradição crescente entre autonomia e capacidade de inovação, necessária para trabalhar em empresas em rede, e os sistemas de gestão/relações de trabalho alicerçados nas instituições da Era industrial. A capacidade de reformar este sistema condiciona a transição organizacional e social em todas as sociedades. Muito frequentemente, a necessária adaptação da força de trabalho às novas condições de inovação e produtividade é manipulada pela empresa para sua própria vantagem. É uma estratégia auto-inibidora da gestão, pois os trabalhadores só podem usar a sua autonomia, para ser mais produtivos, se tiverem adquiridos na competitividade da empresa. Esse interesse começa com a estabilidade dos seus empregos, e a possibilidade de tomarem as suas próprias decisões na operacionalização da rede;

✚ os sindicatos não desaparecem na sociedade em rede. Mas, dependendo das suas estratégias, podem tornar-se focos de resistência à mudança tecnológica e econômica, ou então poderosos atores de inovação do novo significado do trabalho e criação de rendimentos, num sistema de produção baseado na flexibilidade, na autonomia e na criatividade. Organizar o trabalho, numa rede de redes, tem exigências muito diferentes de organizar o trabalho num processo socializado de trabalho, numa grande empresa. Enquanto as mudanças na força de trabalho e no mercado de trabalho são estruturais, ligadas à evolução da sociedade em rede, as mudanças no papel dos atores sociais dependem das suas práticas, e da sua possibilidade de posicionar os interesses que defendem em novas formas de produção e de gestão.

Em termos de sociabilidade, Castells (2005) pondera que a sociedade em rede é “ *uma sociedade hipersocial, não uma sociedade de isolamento*”, uma vez que os atores sociais, em sua maioria, não dissimulam a sua identidade na internet. Por conseguinte, de acordo com Castells (2005, p.22) “*as pessoas integraram as tecnologias nas suas vidas, ligando a realidade virtual com a virtualidade real, vivendo em várias formas tecnológicas de comunicação articulando-as conforme as suas necessidades*”. Por outro lado, Castells(2005) ressalta que há uma grande mudança na maneira de socializar, a qual é não é oriunda da consequência da internet ou das novas tecnologias de comunicação (TIC), porém uma mudança suportada pela lógica própria das redes de comunicação, isto é, segundo Castells (2005, p.22)

a emergência do individualismo em rede ( enquanto a estrutura social e a evolução histórica induz a emergência do individualismo como cultura dominante das nossas sociedades) e as novas tecnologias de comunicação adaptam-se perfeitamente na forma de construir sociabilidades em redes de comunicação auto-selectivas, ligadas ou desligadas dependendo das necessidades ou disposições de cada indivíduo. Então, a sociedade em rede é a sociedade de indivíduos em rede.

Partindo desse prisma, pode-se depreender que a característica central da sociedade em rede é a área da comunicação, a qual constitui o espaço público, em outras palavras, conforme Castells (2005, p.22), “*o espaço cognitivo em que as mentes das pessoas recebem informação e formam os seus pontos de vista através do processamento de sinais da sociedade no seu conjunto*”. E pondera que “*a comunicação entre computadores criou um novo sistema de redes de comunicação global e horizontal que, pela primeira vez na história, permite que as pessoas comuniquem umas com as outras sem utilizar os canais criados pelas instituições da sociedade para a comunicação*

*socializante*”. (CASTELLS 2005, p.23).

Rifkin (2000 apud SANTOS 2000, p.04) notou, neste conjuntura midiática, que os atores sociais tendem “*cada vez mais substituir a propriedade pelo acesso, a substituir a relação de compra e venda pela relação de fornecimento e uso*”. E salienta que “isso não significa que a propriedade será questionada ou abolida na nova era” cognominada pelo autor de “Era do Acesso”, a qual de acordo com Rifkin (2000, p.97) é definida

pela crescente transformação de toda experiência humana em mercadoria. Redes comerciais de toda forma ou tipo tecem uma teia em torno da totalidade da vida humana, reduzindo cada momento da experiência vivida à condição de mercadoria. Na era do capitalismo proprietário, a ênfase recaía na venda de bens e serviço. Na economia do ciberespaço, a transformação de bens e serviços em mercadorias torna-se secundárias face à transformação das relações humanas em mercadorias. Numa nova e acelerada economia de rede em permanente mudança, prender a atenção dos clientes e consumidores significa controlar o máximo possível do seu tempo. Passando das unitárias transações de mercado, que são limitadas no tempo e no espaço, para a mercantilização de relações que se estendem abertamente no tempo, a nova esfera comercial garante que parcelas cada vez maiores da vida diária fiquem presas no final da linha

De acordo com Santos (2000, p.04), a Era do Acesso, engendra uma “mudança de perspectiva que traz para o centro da atividade econômica o controle do tempo do consumidor”. E salienta que

o consumidor não é mais alvo do mercado, ele torna-se o próprio mercado, cujo potencial é preciso conhecer, prospectar e processar. Pois como argumentam os consultores de marketing Don Peppers e Martha Rogers, não se trata mais de tentar vender um único produto para o maior número possível de consumidores, mas sim de tentar vender para um único consumidor o maior número possível de produtos, durante um longo período de tempo. Em outras palavras, é preciso poder acessar o consumidor e torná-lo cativo. (SANTOS 2000, p.04)

Observam-se que tais mudanças ocorrem em ritmo acelerado e não se restringe as relações troca do mercado corporativo, já que suscitam-se mudanças no processo de ensino/ aprendizagem para suprir a demanda dessa nova conjuntura. Colis (2005, p.196) corroborar minhas inferências ao postular que “*importantes mudanças estão a ocorrer na sociedade, nas formas como trabalhamos e interagimos uns com outros. Estamos a experienciar coletivamente uma mudança para a economia do conhecimento*”. Tendo como estímulo essa assertiva abordaremos, no próximo subitem, a economia do conhecimento.

### ***Economia do Conhecimento***

Economia do conhecimento está relacionada com mudanças na sociedade global, particularmente globalizada, intensidade da informação/conhecimento em rede e conectividade. As características da economia do conhecimento incluem: o incremento da mobilidade dos serviços, informação e força de trabalho: a necessidade de contextualizar/dar importância ao conhecimento local da informação, frequentemente de formas criativas que vão para além da performance esperada. (COLINS 2005, p.196).

Nesse contexto, Colins (2005) ressalta que há a necessidade de que as atividades laborais

abordem temas multidisciplinares e em grupos de trabalhos mistos; a necessidade de empregar a tecnologia de informação para gerir o conhecimento; partilha e criação; a necessidade de atualizar e modificar as competências pessoais, no decorrer de uma vida produtiva e a necessidade de agir autônoma e reflexivamente, partilhando e funcionando em grupos socialmente heterogêneos (THE WORLD BANK GROUP, p. 17 apud COLIS 2005, p. 196). Segundo Kelly (1998, p.02), esses atributos “*produzem um novo tipo de mercado e sociedade, que se baseia na ubiqüidade das redes eletrônicas*”.

Colis (2005) pondera que para lograr êxito na era da economia do conhecimento, os atores sociais devem estar cômnicos da relevância da aprendizagem para a economia do conhecimento, a qual provoca uma ruptura no paradigma de ensino/aprendizagem, uma vez que pretende, segundo Banco Mundial (2003 apud COLIS 2005, p.197) “*afastar-se do professor guia e do livro de textos como fontes de conhecimento para encontrar e interpretar sobre o mundo real; participando tão perto quanto possível do mundo real*”.

E complementa

de uma avaliação baseada em responder a questões com respostas certas e erradas pré-determinada, para uma avaliação baseada no desenvolvimento de competências documentadas por uma variedade de performances, incluindo as que requerem a integração do trabalho de cada um com o trabalho de outros. Desenvolvimento no ensino superior e profissional, para além de uma aprendizagem profissional, bem como o ensino integrado, refletem essas mudanças. (BANCO MUNDIAL(2003 apud COLIS 2005, p.197)

Oliveira (2003) corrobora as premissas de Colis (2005), ao ponderar que vivemos novas realidades, novas exigências dos novos tempos e espaços que exigem uma grande flexibilidade de nossa parte. Tal flexibilidade, porém só é possível quando abrimos mão de nossas formas de ver a realidade e dispormo-nos a considerar uma outra maneira de entender o mundo e a educação, com essa finalidade pretende-se, nos próximos subitens, abordar o Panorama da Ead e o papel dos intercolutores (mediadores/aprendizes) no processo de ensino/aprendizagem, com o propósito de compreender as imbricações dessas mudanças na sociedade brasileira contemporânea

### ***Panorama de EaD no Brasil***

De acordo com Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância - ABRAEAD 2007-, houve um crescimento de 36% de instituições autorizadas pelo Sistema de Ensino que praticam EaD e um aumento de 150% no número de alunos que participaram de processos de ensino/aprendizagem a distância entre o período entre 2004 e 2006. Os cursos de graduação a distância tiveram um crescimento de 74% entre 2004 e 2005. No mesmo período, o número de vagas na graduação teve um crescimento de 274%.

Em 2008, nota-se um processo ascendente de EaD no contexto universitário brasileiro, graças ao aumento das instituições privadas quanto públicas que adotaram a modalidade de ensino à distância. Tal assertiva é comprovada com os dados apresentados nas tabelas e gráficos abaixo:

***Tabela: Instituições credenciadas para o ensino a distância***

Região	Estado	Natureza		
		Particular	Pública	
Parana		Centro Universitário de Maringá	Universidade Estadual de Maringá	
		Instituto Superior de Educação do Paraná	Universidade Estadual do Centro Oeste	
		Universidade Norte do Paraná	Universidade Estadual de Ponta Grossa	
		Faculdade Educacional da Lapa	Universidade Federal do Paraná	
		Faculdade Internacional de Curitiba		
		Faculdade São Judas Tadeu de Pinhais		
		Universidade Paranaense		
SUL	Rio Grande do Sul		Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas	
		Universidade Luterana do Brasil		
		Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
		Centro Universitário Feevale	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	
			Universidade de Caxias do Sul	
			Universidade Federal de Santa Maria	
			Universidade Federal do Rio Grande	
		Santa Catarina	Centro Universitário Leonardo Da Vinci	Universidade Federal de Santa Catarina
			Instituto Superior Tupy Organização	Universidade do Contestado
				Universidade do Estado de Santa Catarina
	Universidade do Sul de Santa Catarina Universidade do Vale do Itajaí			
Sudeste	Rio de Janeiro	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas IBMEC	Universidade do Estado do Rio de Janeiro Universidade Estadual do Norte Fluminense	
		Instituto A Vez do Mestre PUC –RJ	Universidade Federal do Estado do RJ Universidade Federal do Rio de Janeiro	
		Universidade Castelo Branco	Universidade Federal Fluminense	

Universidade Salgado de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

<b>São Paulo</b>	Centro Universitário Claretiano	Universidade Federal de São Paulo
	Centro Universitário Herminio Ometto de Araras	Universidade de São Paulo
	Centro Universitário Nove de Julho	
	Faculdade de Tecnologia de Rio Claro	
	Instituto de Ensino Superior COC	
	Universidade Braz Cubas	
	Universidade Anhembi Morumbi	
	Universidade Cidade de São Paulo	
	Universidade de Ribeirão Preto	
	Universidade de Santo Amaro	
	Universidade Metropolitana de Santos	
	Universidade Metodista	
	Universidade Paulista	
Universidade de Franca		

---

**Minas Gerais**

Centro Universitário do Sul de Minas	Universidade Estadual de Montes Claros
Centro Universitário Newton Paiva	Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Estudos Administrativos de MG	Universidade Federal de Minas Gerais
Pontifícia Universidade Católica	Universidade Federal de Ouro Preto
Universidade de Uberaba	
Universidade do Noroeste de Minas Gerais	
Universidade FUME	

---

**Espírito Santo**

Universidade Federal do Espírito Santo

---

**Norte**

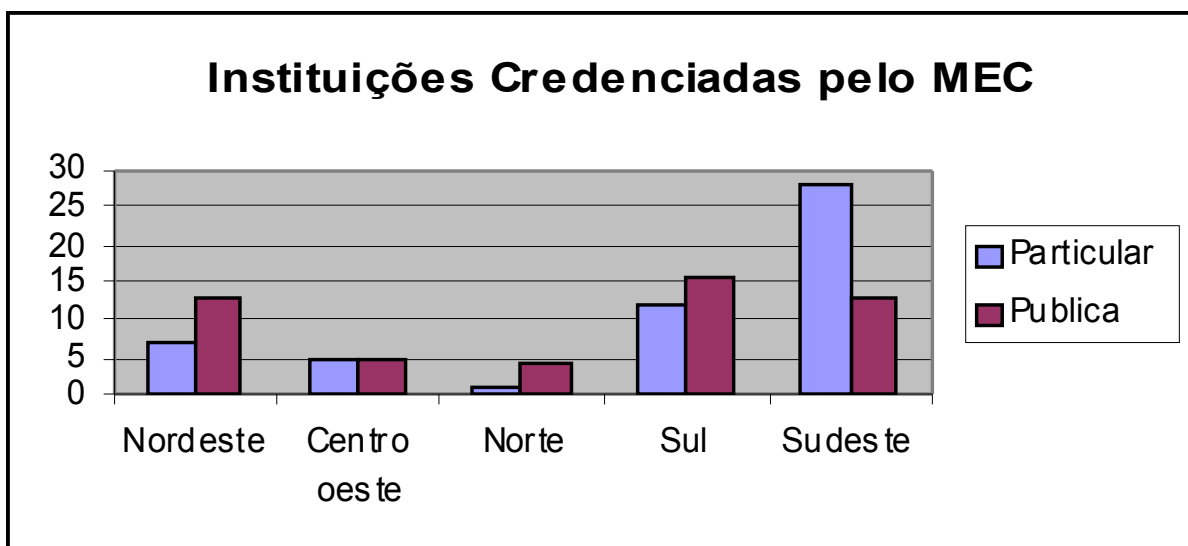
<b>Amazonas</b>	Centro Universitário Nilton Lins Organização	Universidade Federal do Amazonas
<b>Pará</b>		Universidade Federal do Pará Organização
<b>Roraima</b>		Faculdade Roraimense de Ensino Superior
<b>Tocantins</b>	Universidade do Tocantins	



<b>Nordeste</b>		
<b>Bahia</b>	Faculdade Baina de Ciências Contábeis Faculdade de Tecnologia de Ciências Universidade Católica de Salvador Universidade Salvador	Universidade do Estado da Bahia Universidade Estadual de Santa Cruz Universidade Federal da Bahia
<b>Ceara</b>	Faculdade Integrada da Grande Fortaleza	Universidade Estadual do Ceará Universidade Federal do Ceará
<b>Maranhão</b>	Centro Universitário do Maranhão Faculdade do Maranhão	Universidade Federal do Maranhão Universidade Estadual do Maranhão
<b>Alagoas</b>		Universidade Federal de Alagoas
<b>Sergipe</b>		Universidade Tiradentes
<b>Pernambuco</b>		Universidade de Pernambuco Universidade Federal Rural de Pernambuco
<b>Rio Grande do Norte</b>	Universidade Potiguar	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<b>Centro-oeste</b>		
<b>Distrito Federal</b>	Universidade de Brasília	Faculdade de Administração de Brasília Universidade Católica de Brasília
<b>Mato Grosso do Sul</b>	Centro Universitario da Grande Dourados Universidade Católica Dom Bosco Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
<b>Mato Grosso</b>		Universidade do Estado de Mato Grosso Universidade Federal do Mato Grosso
<b>Góias</b>		Universidade Federal de Goiás

Fonte: <http://www.mec.gov.br/seed>

O gráfico que segue indica a proporcionalidade das Universidades pública e particular distribuídas pelo território nacional:



Esses percentuais suscitam inquietações e reflexões sobre os novos desafios, que emergem com a modalidade de ensino a distância, tanto aos docentes quanto aos discentes, de acordo com Primo (2008, p.58), pode-se citar a necessidade de:

- a) superar a passividade dos estudantes, reflexo de anos de uma pedagogia transmissiva;
- b) de aprender a lidar com uma nova demanda comunicacional, provocada pela evolução da tecnologia e convergência das mídias;
- c) de promover o desenvolvimento de comunidades;
- d) de buscar a construção coletiva de conhecimentos;
- e) de (re) significar processos e práticas educativas e
- f) de quebrar vários paradigmas além de procurar novas formas de avaliação.

Além dessas necessidades, nota-se, de acordo com Dias e Leite (2007), que o Estado e as instituições privadas não podem ignorar os alunos que são excluídos digitalmente devido à falta de acesso ao computador e à internet e a ausência de capacitação dos profissionais da educação para lidar com as novas tecnologias, empregadas como suporte no processo de ensino/aprendizagem, e as metodologias voltadas ao ambiente virtual.

## Referências Bibliográficas

COLIS, B. *E-learning e o transformar da educação na economia do conhecimento*. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). *A sociedade em rede do Conhecimento à ação política*. Imprensa Nacional: Casa da Moeda 2005. (pp.197/204).

CASTELLS, M. *A sociedade em rede do conhecimento à política*. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). *A sociedade em rede do Conhecimento à ação política*. Imprensa Nacional: Casa da Moeda 2005.

DIAS, R. A; LEITE, L.S. *Educação a distância: Uma história, uma legislação, uma realidade*.

Disponível em:

<[http://www.revistaelectronica.granbery.edu.br/artigos/pe/artigo\\_ped\\_03\\_001.pdf](http://www.revistaelectronica.granbery.edu.br/artigos/pe/artigo_ped_03_001.pdf)> Acesso em 20 Jun 2011.

GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed UNESP 1990

HAESBAERT, R. *Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L (orgs). *Geografia: conceitos e temas*. 12 ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2009.

KELLY, K. *New rules for the new economy: 10 radical strategies for a connected world*. New York: Penguin. (1998).

LEVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed.34, 1999

OLIVEIRA, E.G. *Educação a distância na transição paradigmática*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

PRIMO, L. *Auto-avaliação na educação a distância uma alternativa viável*.

Disponível em <<http://www.prodepa.gov.br/sbc2008/anais/pdf/arqu0132.pdf>>. Acesso em 20 Jun 2011.

RIFKIN, J. *The age of access – The new culture of hypercapitalism, where all of life is a paid-for experience*. Nova York, Jeremy P. Tarcher/Putnam, 2000.

SANTOS, L.G. Limites e rupturas na esfera da informação.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n3/9769.pdf>>. Acesso em 05 Jun 2011.